



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## ESTADO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E PEDAGOGIA

Cloves Barbosa. Doutor em Ciências Sociais (Política), pela PUC-SP.  
Professor da UFPA. Membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologia e Luas Sociais).

### RESUMO:

Este artigo discute a Economia Solidária e suas relações com as concepções de educação e o desafio da superação do Capital.

**Palavras-chave:** Solidariedade, capacitação, classe social, autogestão.

### ABSTRACT:

This article examine the Economia Solidária and it relations with the education's conceptions and the provoke to be a beyond of Capital.

**Key-Words:** Solidarity, qualification, social kind, self-government.

## INTRODUÇÃO

As proposições de empreendimentos econômicos com propósitos solidários aparecem no final do século XX e no início do século XXI, quando se observa no mundo inteiro o predomínio das discussões em torno do neoliberalismo. Assim, o que se tornou conhecido como economia solidária aparece como sendo uma ação alternativa aos rumos da economia mundial e aponta para a superação do modelo atual de desenvolvimento econômico. Por isso, o conjunto de ações com estes propósitos portam a bandeira da crítica às formas egoístas e exploradoras de produção econômica e apontam para uma nova maneira de produzir.

Os propósitos solidários dos empreendimentos econômicos conduzem a uma atuação nos meios populares e se defrontam com as conseqüências sociais da economia neoliberal mundial. Com isto, as atividades pertinentes à proposta levam a um conjunto de atividades situadas na contramão dos rumos econômicos que aparecem nos planejamentos nacionais e nos discursos das grandes lideranças políticas mundiais e da maioria dos economistas que despontam na mídia.

Como atividades que questionam o modo predominante mundial de produção, as alternativas ao mesmo, somente aparecem com destaque nas formações voltadas para os meios populares. Assim sendo, desponta a necessidade de uma práxis pedagógica associada



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

a uma crítica ao modo de produção dominante e uma proposição de novo modo de produção. Daí surge um questionamento: como é que os governos de países eminentemente capitalistas e que assumem clara ou veladamente elementos do discurso neoliberal financiam, estimulam ou toleram “empreendimentos solidários”? Mas, o que caracteriza um empreendimento solidário? Uma iniciativa que proporciona sobrevivência dentro do sistema, ou, que busca a superação da maneira predominante de produção? Que concepção educacional é condizente com a proposta? Podemos sustentar de antemão, que isto acontece em razão dos impactos sociais desastrosos provenientes das atividades econômicas no mundo inteiro.

## **1 - O CONTEXTO SOCIAL DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS**

As iniciativas de estímulo à denominada economia solidária aparecem no contexto de um capitalismo mundializado onde as atividades econômicas, culturais e políticas das sociedades que estão em conformidade com o Capital. Não resta dúvida de que os empreendimentos solidários acontecem concomitantemente com as atividades mais caracterizadas com o modo de produção capitalista. Marx lembra em sua obra mais importante que nas sociedades onde o modo de produção capitalista predomina a riqueza assume uma forma em que ela se reproduz e propicia a acumulação privada (MARX, 1996:165 e outras).

O Capital adotou algumas flexibilidades quanto à concentração de riquezas, e acatou formas de distribuição de renda em algumas das suas reproduções em diversos contextos nacionais e locais, em conformidade com a necessidade de legitimar a sua forma específica de dominação social e de exploração da força de trabalho. Assim, após a grande depressão resultante da crise de 1929, e, após a Segunda Guerra Mundial as propostas de constituir um “estado de bem-estar social” se difundiram pela Europa, seguindo a teoria econômica keynesiana. Foi com proposta sob esta denominação geral que o velho continente conseguiu superar os problemas decorrentes da grande guerra e suportar a guerra fria sem se desviar dos limites do sistema capitalista. Estas propostas chegaram a ser apresentadas como um modelo econômico para o mundo todo, apesar de posicionamentos contrários por parte de pensadores mais coerentes com o liberalismo, como Von Mises, Hayek e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Friedman. Com o decorrer do tempo, a lógica interna do sistema garantiu a aceitação dos críticos liberais e a retomada do modelo clássico surgiu sob o termo e proposições de “globalização” da economia (CHESNAIS, 1996:17, 23-31).

A mundialização é, na verdade, a marcha da efetivação da concentração de capital do mundo todo em proprietários em números cada vez menores. “A taxa de concentração mundial dá uma primeira aproximação do número de rivais oligopolistas em sentido próprio, isto é, aqueles que efetivamente são capazes de sustentar uma concorrência “global”, atuando simultaneamente em seu próprio mercado, nos mercados dos rivais e em outros” (CHESNAIS, 1996:93). Esta concentração tem como outro fundamento o aprimoramento dos meios de produção que são constantemente revolucionados.

As conseqüências da economia capitalista para a sociedade em geral vem sendo apontadas por diversos analistas, inclusive os que se dedicam ao estudo e se engajam nas atividades da economia solidária. Os que vivem pela venda da própria força de trabalho são as pessoas que sentem as conseqüências desta concentração de capital. “O desemprego crescente aumenta o contingente dos socialmente excluídos” (CULTI, 2002:01).

No Brasil, em especial, apareceram alternativas ao problema social causado pelo capitalismo. As preocupações da parte dos que ocupam o poder político e os industriais é sempre algo que se situa em segundo plano. “A preocupação com o pauperismo ficou para depois” (ALMEIDA, 2006:302). Várias entidades se engajaram na busca de saídas para os impactos negativos para a sociedade. As propostas aparecem como sendo alternativas ao que se apresenta no contexto geral. Empreendimento alternativo surge como sendo a denominação de um modo geral destas iniciativas.

O termo “alternativo” tem se prestado a diferentes apropriações. O contexto histórico-conjuntural em que ele surgiu como instrumento da política social da Igreja deve apontar algumas razões. O início da década de 1980 marca o rompimento com qualquer expectativa otimista de solução dos problemas sociais brasileiros via iniciativas tradicionais. Ao “milagre econômico” dos anos 1970 sobrepõe-se o “milagre da sobrevivência” de milhões de brasileiros a despeito da excessiva concentração de renda. O bolo cresceu, mas antes de se iniciar qualquer repartição a crise se instalou. A estratégia de vida dos milhões de excluídos passou a ser considerada como “alternativa de sobrevivência” (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995:25).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

É neste contexto que aparece também nos meios universitários a proposta de uma Economia solidária. Ela surge como sendo uma alternativa não capitalista para a sobrevivência popular. Enquanto tal, ela precisa ser difundida por meio de capacitações e financiamentos. Assim, ela continua inserida no contexto geral do capitalismo mundial, com a sua dinâmica secular.

## **2 – A DINÂMICA ECONÔMICA GERAL E O CAPITALISMO**

### **2.1 – A dinâmica mundial do Capital**

O que denominamos de modo de produção capitalista é o resultado do desenvolvimento universal da produção, principalmente econômica, que se tornou dominante com as revoluções tanto no meio da produção material (indústria), quanto na estrutura de dominação política (Estado). Outros modos de produção já existiram e foram predominantes em outros períodos da humanidade. Depois da maneira primitiva de produzir, a humanidade tornou-se palco de modos de produção com os seus Estados correspondentes como o antigo ou despótico, escravista, feudal, capitalista ou burguês (SAES, 2001:97).

Na sociedade denominada de primitiva, os seres humanos viviam em coletividades bastante diminutas e desfrutavam da propriedade coletiva da terra. Nela, não existiam grupos (classes) que viviam de trabalho alheio, portanto, a exploração do trabalho era ausente entre eles. As decisões sobre os rumos da vida tribal eram de responsabilidade e fruto de decisão coletiva. As realizações culturais eram coletivas e para todos, sem nenhuma discriminação (PONCE, 1996:17-22).

Tanto nas sociedades escravistas, quanto nas sociedades feudais, as pessoas são constituídas como juridicamente e concretamente desiguais. A distinção entre pessoas se fazia por critérios diversos, como: etnia/raça, cor e sexo, (não)proprietários de terra e pertencimento a uma classe de nobre (aristocracia). Os escravos servos eram pessoas presas ao lote de terra com os seus proprietários, e eram concebidas como instrumentos de trabalho como se fossem animais irracionais. As existências destas classes eram concebidas como provedores da boa vida da aristocracia, que quanto mais dispunha, mais esbanjava,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

pois, contavam com a fonte segura de produtos: o trabalho compulsório (PONCE, 1996:83-94).

Nas sociedades capitalistas as pessoas são constituídas como juridicamente iguais embora permaneçam realmente desiguais. A força de trabalho foi libertada dos limites das glebas e se concentraram nos espaços das vilas e das cidades conforme a necessidade da indústria nascente. A exploração da mais-valia acontece de acordo com uma lógica eminentemente econômica a ponto de exigir o recurso a uma teoria e a uma prática para que o enigma econômico-político seja decifrado, pois, vincula a esfera da produção e da circulação de mercadorias. O enigma esconde a realização da acumulação de riquezas por uma classe social ociosa, a burguesia às custas de energias físicas e mentais por parte dos trabalhadores. É impossível haver conciliação plena entre estas duas classes que se antagonizam social, econômica e politicamente, apesar de haver a efetiva cooperação técnica na execução das atividades produtivas nas fábricas (MARX, 219-264 e 291-293).

Pensar, elaborar e efetivar uma proposição marcada pela solidariedade numa sociedade determinada pelo Capital exige uma contraposição aos mecanismos de acumulação privada de riqueza, de privilégios culturais. A lógica financeira própria do Capital não favorece às propostas solidaristas e autogestionárias, quando elas alcançam a sociedade como um todo.

## **2.2 – Os financistas e as atividades econômicas**

A mundialização da economia é um processo de concentração de Capital sob o comando dos financistas. Esta fração do Capital assume cada vez mais a determinação dos rumos mundiais em razão da necessidade de todo empreendimento de recorrer a fontes de financiamento. A concentração dos meios de produção material foi acompanhada pela concentração das instituições e dos mecanismos de financiamento. As instituições bancárias regionais encontram dificuldade e tendem a desaparecer através de falências e de fusões. Estas instituições precisam garantir a rentabilidade das aplicações dos grandes proprietários do dinheiro. Assim, elas avaliam a quem emprestar dinheiro, e se tornam cada vez mais efetivamente os gerenciadores da aplicação do capital. “O que as entidades



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

financeiras avaliam é, na verdade, a viabilidade do projeto, desde o ponto de vista organizacional, técnico, econômico, financeiro, legal e institucional. Algumas destas informações são analisadas com maior ou menor detalhe, segundo os interesses do agente financiador específico” (BID, 1979:681).

Neste contexto e com esta determinação financista da concessão de créditos, os empreendimentos caracterizados como solidários dificilmente receberão alguma atenção dos órgãos de financiamentos, tanto privados quanto estatais. Os órgãos de fomento não vacilam em afirmar que “um projeto pode ser técnica e economicamente viável e, no entanto, ser irrealizável do ponto de vista financeiro” (BID, 1979:601). Portanto, existem razões para além das estritamente financeiras que pesam nas avaliações de concessão de empréstimos. Outra via de financiamento é o recurso às empresas que dispõem de recursos para financiamentos de projetos sociais. Mas, as empresas que procuram obter a imagem de empresa com “responsabilidade social” financiam atividades com volumes muito restritos e de forma muito específica, e com a possibilidade de obter benefícios fiscais.

Uma proposta anti-sistêmica não será bem vista por um financista, e, tudo fará para inviabilizá-la. A economia solidária precisará de estratégias amplas que garantam a sua sobrevivência numa sociedade capitalista. Outro aspecto a ser considerado é a maneira como devem ser apresentados os conteúdos pertinentes a esta proposta através de uma ação pedagógica de modo que não perca a sua coerência com as aspirações por um novo mundo a construir.

### **3 - AS CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS E A SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO**

#### **3.1 – Desafios e limites de proposições econômico-solidárias**

Os desafios das proposições econômico-solidárias são de grande vulto, variadas, e, até mesmo, contraditórias quanto ao objetivo que se propõem. Por isso, elas revelam seus limites teóricos e práticos nas propostas de efetivação das mesmas. As proposições de empreendimentos solidários se sustentam teoricamente nos pressupostos de que a economia capitalista é essencialmente incompatível com as aspirações de existência humana saudável. “Uma contestação mais interessante ao modelo econômico capitalista”, porque



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

ele está baseado na cultura do lucro, e de colocar o planeta em risco ao destruir os ecossistemas com demandas geradoras de um “consumo desenfreado, particularmente de produtos descartáveis ou supérfluos” (NUNES, 2009: 53 e 54). Assim, a proposta de economia solidária se efetiva como uma fonte teórica e prática de contestação do capitalismo.

A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável (...). Associamos a economia solidária com o desenvolvimento sustentável, e mais precisamente a vida sustentável, porque entendemos a sustentabilidade com o sonho de bem viver, o equilíbrio dinâmico com o outro e com a natureza (...). Os empreendimentos de economia solidária distinguem-se dos empreendimentos capitalistas porque tem uma gestão democrática, relações intersubjetivas de trabalho, trabalho em rede, participação cidadã, mutualismo, respeito aos direitos sociais e trabalhistas e superação do trabalho alienado (GADOTTI, 2009:24 e 30 e 31).

Os limites da economia solidária aparecem nas preocupações de algumas reflexões sobre a mesma e em algumas iniciativas de efetivação de conjuntos de atividades. Uma das razões para isto é que as iniciativas são de abrangência local, e, por isso, seus resultados são facilmente apropriáveis pelo modo de produção capitalista. Não há um mercado solidário nem de produtos nem de força de trabalho. É por isso que aparecem preocupações como: “evitar que as formas cooperativas sejam usadas para agravar a espoliação de trabalhadores” (SINGER, 2004:05). Outras vezes, o alcance crítico da reflexão teórica não é acompanhado pelos efeitos das ações. A cultura local pode, como acontece na maioria das vezes, estar determinada por concepções e práticas dominadoras e discriminadoras associadas à exploração econômica. “A recusa a práticas manipuladoras têm sido frequentes, sobretudo quando são provenientes dos grupos dominantes locais. Nesse sentido, o acompanhamento pedagógico-político não deve se restringir à política de negação e de protesto, mas à da afirmação e construção das alternativas da autonomia sindical (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995:191). A restrição ao âmbito sindical leva as ações aos limites da luta econômica e à busca de gestão somente da força de trabalho, como aparece de maneira clara como inclusa nos limites da ordem social contestada. “O direito a um trabalho digno, com salário justo, é também um direito humano fundamental” (MAHESHVARANANDA, 2003:75).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Outras vezes, os limites teóricos são muito mais sérios e determinam a proposição ampla de alternativas ao capitalismo como experiências restritas que não deixam transparecer a necessidade de um modo de produção coletivista. Ao evitar o envolvimento com ideologias socialmente difundidas, acaba-se por acatar a ideologia dominante com um revestimento religioso que a camufla. “Sem cair nas escolhas (heresias) caolhas das ideologias, a doutrina social nascida do Evangelho rejeita a confusão de “propriedade” (capital) com “poder” (direção) própria do capitalismo, bem como não cai no erro de afirmar que “ninguém é dono de nada”, próprio do comunismo estatal, pois que “todos são donos de tudo”, em cada comunidade” (SARTORI, 1990:113-114). Aqui, questiona-se o capitalismo e neutraliza-se a reflexão teórica que propõe a constituição de uma sociedade socialista ou comunista, como Marx propôs.

“Imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comunais, e despendem suas numerosas forças de trabalho individuais conscientemente como uma única força de trabalho social de trabalho (...). O produto total da associação é um produto social. Parte desse produto serve novamente como meio de produção. Ela permanece social. Mas parte é consumida pelos sócios como meios de subsistência. Por isso, tem de ser distribuída entre eles” (MARX, 1996:203-204).

### **3.2 - O ato pedagógico**

A práxis pedagógica é portadora das concepções sobre o ser humano, de uma proposta cultural, talvez já esteja sendo efetivada e relacionada com os conteúdos do programa educacional e os objetivos a ser alcançados. Tanto Freire quanto Gadotti apresentam contribuições teóricas e práticas que questionam as situações vigentes de dominação, de discriminação e exploração, e provocam a construção de um mundo sem exploradores e sem explorados. “O papel do pedagogo é educar e educar supõe transformar e não há transformação pacífica. Ela é sempre conflituosa. É sempre ruptura com alguma coisa, com preconceitos, com hábitos, com comportamentos, etc.(...). O referencial maior dessa pedagogia é a práxis, a ação transformadora (GADOTTI, 2010:29-31). Isto faz com que a concepção pedagógica destes autores seja mais apropriada para uma proposição de relações solidárias entre os seres humanos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

### **3.3 - A economia solidária e a concepção libertadora e dialética da educação**

As concepções filosóficas da educação de cunho tradicional e da escola nova apresentam algo em comum e se distinguem em outros aspectos quando concebem o ser humano. A concepção tradicional apresenta uma separação intransponível entre classes (grupos) sociais. As pessoas eram senhores/senhoras, vassalos e nobres, contrapostas a escravos e servos, constituídos numa hierarquia social, cultural e econômica, e, somente aos membros da aristocracia era possível ter acesso aos cargos estatais. Com o predomínio do Capital, a burguesia tornou as pessoas livres da gleba, porém, submeteu os trabalhadores à condição de vender suas forças de trabalho como condição da sobrevivência. Apesar de constituir os indivíduos como cidadãos livres e iguais perante a lei (Estado), mantém a distinção de classe com a efetivação da acumulação de riquezas de maneira privada. Estas concepções filosóficas da educação não são condizentes com a proposta da economia solidária. “As pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa nova realidade econômico-política que está se constituindo hoje” (GADOTTI, 2009:36).

A economia solidária exige que sejam adotados os pressupostos filosóficos da concepção educacional libertadora e dialética. Uma educação voltada para os meios populares precisa se comprometer com a estimulação das potencialidades humanas com voltadas para a viabilização de novas possibilidades do ser e do social que superem o modo de produção capitalista.

Seu caráter participativo, contestatório, alternativo e alterativo. Daí concluímos que a economia solidária é uma práxis pedagógica (...). Não se trata apenas de oferecer cursos, trata-se de construir valores, uma cultura, juntos. (...). Por isso a educação é tão essencial para a economia solidária. Empoderar não é ter mais poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, ‘ser mais’ (...). Educação popular, desenvolvimento local e economia solidária são temas convergentes de uma mesma política de inclusão (GADOTTI, 2009:23, 36, 48, 50).

Esta concepção filosófica da educação concebe o humano como sendo um ser inacabado, repleto de potencialidades à busca de efetivação. Daí, que as reflexões



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

pedagógicas de Paulo Freire e de Moacir Gadotti, sejam mais coerentes com os conteúdos da proposta de economia solidária

## CONCLUSÃO

As saídas para a questão de financiamentos dos projetos ficam quase impossíveis diante das exigências dos órgãos de fomento. Por isso, recorre-se aos bancos públicos quando existem políticas governamentais voltadas para a economia solidária. Podem acontecer alguns poucos financiamentos por parte de empresas privadas com as políticas empresariais de “responsabilidade social”. Porém, estas se limitam a recursos fiscais dedutíveis, o que acaba por proporcionar legitimidade a empresas cuja forma de exploração é o que precisa ser enfrentada na sociedade como um todo.

As incoerências nas efetivações das propostas devem ser buscadas e podem ser conseguidas com o decorrer do tempo, à medida que as reflexões sobre as questões que envolvem os modos de produção e as práticas pedagógicas forem apropriadas pelos proponentes de atividades voltadas para a economia solidária.

Uma proposição econômica mais coerente com as reflexões sobre a economia solidária é aquela que aponta para construção do socialismo. A concepção filosófica de educação que se adéqua às atividades de capacitação neste sentido é a que resultou das reflexões de Paulo Freire, Moacir Gadotti e seguidores.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.
- BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO). *Proyectos de desarrollo. Planificación, implementación eY control*. Vol. I. México: Editorial LIMUSA, 1979.
- CÁRITAS BRASILEIRA. *Sobrevivência e cidadania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1995.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CULTI, Maria Nelzita. *O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2005.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

\_\_\_\_\_. “Reflexões sobre o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários e seus limites”. In. *I Conferência Nacional de Economia Solidária da rede UNITRABALHO*. Anais. São Paulo, 2002.

FRANÇA, Bárbara Heliodora ET AL. *Guia de Economia solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes*. Niterói: Editora EDUFF, 2008.

GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2009.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Práxis*. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2010.

GONÇALVES, Soraya. *Educação popular e economia solidária: uma reflexão sobre suas relações no processo de formação em Marabá – PA*. Trabalho de Conclusão de Curso ES Pedagogia, 2011.

MAHESHVARANANDA, Dada. *Após o capitalismo. A visão de prout para um novo mundo*. Belo Horizonte: Proutista Universal, 2003.

MARX, Karl. *O Capital. O processo de produção do Capital*. Tomo I, Vol I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NUNES, Débora. *Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação*. São Paulo: Annablume, 2009.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortêz, 1996.

SAES, Décio. *República do Capital. Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SARTI, Luís Maria. *Quando a empresa se torna comunitária*. Aparecida: Editora Santuário, 1990.

SINGER, Paul. *A economia solidária no Governo Federal*. São Paulo: 2004.